



RENATA VALENTI (SÓCIA DA PLMJ COLAB ANGOLA - RVA ADVOGADOS)



NEUSA INGLÊS (DIRECTORA EXECUTIVA DA AAPC)

“Há muitos e bons projectos em andamento pelo país”

A PLMJ prepara para a próxima semana a realização da segunda edição da conferência sobre “Financiamento às Infra-estruturas com base em Parcerias Público-Privadas”. Depois de uma concorrida primeira edição o JEF entrevistou dois membros da vasta equipa organizadora desse evento que já é referência Renata Valenti (RV) e Neusa Inglês (NI). Mais do que o desafio de entrevistar duas mulheres de reconhecido mérito, competência e visão firme sobre o impacto das infra-estruturas em Angola em simultâneo, a convicção partilhada por ambas de que Angola é país de presente e de futuro deixa antever uma conferência concorrida

Isaque Lourenço

Expliquem-nos em primeiro lugar sobre o foco desta segunda conferência “Infra-estruturas em Angola”?

(RV) O foco deste encontro continua a ser as infra-estruturas, tema central em Angola, bem como o seu desenvolvimento no regime de Parceria Público Privada. Sem prejuízo, este ano, procuramos também, colocar na ordem do dia temas novos que são cada vez mais debatidos e urgentes, como: as alterações climáticas, as novas tecnolo-

gias e a utilização de critérios ESG, tendo sempre como pano de fundo as Infra-estruturas.

Por que é importante para Angola manter esta análise e discussão na ordem do dia?

(RV) Esta conferência já se começa a enraizar e a nossa expectativa é mantê-la por muitos e bons anos, porque apesar do enorme caminho percorrido, Angola ainda é deficitária de infra-estruturas em múltiplos sectores, como a água, o saneamento e o ambiente, mas também a habitação, saúde ou os transportes. É, claramente, um caminho que demanda um forte investimento público e privado, sendo importante



**ANGOLA TEM
UMA DAS TAXAS
DE FERTILIDADE
MAIS ELEVADAS DO
MUNDO, PELO QUE
A DEMANDA POR
NOVAS E MELHORES
INFRA-ESTRUTURAS
VAI CONTINUAR**

fomentar o diálogo sobre as diversas formas de transferir a gestão, por prazos definidos, da gestão de infra-estruturas centrais do Estado, para os privados. Angola tem uma das taxas de fertilidade mais elevadas do mundo, pelo que a demanda por novas e melhores infra-estruturas vai continuar a crescer de forma acentuada.

As PPP são cruciais, mas em boa verdade diminuíram consideravelmente a velocidade. Como inverter este cenário?

(RV) Não estamos totalmente certos de que tenham diminuído. Talvez a ponta mais visível possa não ser tão evidente, mas há muitos e bons projectos em

andamento, como ainda recentemente foram anunciados. Porém, também é verdade que as Parcerias Público-Privadas demoram mais tempo a estruturar do que as infra-estruturas em regime tradicional e muitas vezes esse trabalho não tem tanta visibilidade e pode-se pensar que há um abrandamento. Mas é assim, porque há um caminho quase invisível de estruturação de uma boa PPP que pode demorar anos (mas em contrapartida também assegura a realização do interesse público durante décadas). O que diríamos, e que em boa verdade já está a ser seguido, é tentar não estruturar tudo ao mesmo tempo e concentrar esforços em 2 ou 3 projectos de cada vez.

Se todos os anos conseguirmos lançar 2 ou três projectos, rapidamente teremos um pipeline muito interessante e cada vez mais investidores. Estabilidade é uma vantagem neste sector. (NI) Ajudam a atrair investimentos para projectos de infra-estruturas, como estradas, energia, saúde, podendo impulsionar o desenvolvimento económico e social do país; melhoram a eficiência na prestação de serviços públicos ao cidadão e reduzem consideravelmente os custos para o Governo, por envolver o “expertise” e recursos do sector privado. Para o sucesso das PPP é importante apresentar um ambiente de negócio favorável para atrair o investimento estrangeiro, nomeadamente, uma estabilidade política e económica, simplificação dos processos burocráticos, incentivos fiscais entre outros.

Há sectores preferenciais para a constituição de Parcerias Público-Privadas no cenário actual?

(RV) Há, claramente sectores preferenciais. Por um lado, o sector dos transportes (incluindo as infra-estruturas portuárias, aeroportuárias e rodoviárias, mas também as plataformas logísticas) face ao elevadíssimo capital que precisam de mobilizar e pelo efeito multiplicador que têm na economia do país. Para além disso, são tradicionalmente sectores em que os utilizadores já estão habituados ao pagamento de taxas, o que facilita a sua introdução. Por outro lado, destacaríamos o sector social, onde existem já algumas experiências na habitação, mas que seria relevante abrir a novos sectores com a saúde à cabeça, uma vez que é uma forma de acelerar o investimento público que, de outra forma, demorará mais anos a ser possível. Por último, salientaríamos as chamadas indústrias de rede como as águas, o saneamento e a energia. Neste último caso, por exemplo, sabemos da necessidade imperiosa de construção de linhas de transmissão de energia. Uma das formas de acelerar esse investimento pode ser através da concessão das mesmas. Em todo o caso, mais do que sectores preferenciais, há uma necessidade absoluta em recorrer às PPP no nosso país. Não podemos estar sempre dependentes do financiamento do Estado, temos de conseguir que uma parte das infra-estruturas necessárias seja construída com financiamento (total ou parcial) privado, com vista a desonerar o Orçamento de Estado. Angola é um país imenso e por isso o Estado terá sempre muita dificuldade em chegar a todo o lado e a todos, pelo que nada melhor do que as PPP para mais rapidamente estimular a economia e construir as infra-estruturas necessárias. (NI) Para o país todos os sectores são válidos, nomeadamente o das infra-estruturas de Transporte que se encontram mais avançados (como o caso dos portos, aeroporto e transportes públicos); o caso do sector da energia onde o desenvolvimento das energias renováveis, solar, e áreas promissoras para as PPP. Todos

os outros sectores Saúde, Água e Saneamento e Educação apresentam grandes oportunidades para parcerias entre o Governo e o sector privado.

Qual será o formato deste segundo fórum, em relação a convidados e o pensamento central da organização sobre o tema em análise?

(RV) A ideia central é sempre tentar reunir os melhores e de todas as áreas de saber. Acreditamos muito que juntando todos os que têm pensado sobre estes temas sairemos melhores. Assim, esta não é uma conferência do sector público, embora tenha a participação do sector público; também não é do sector privado, mas tem actores do sector privado; não é uma conferência de juristas nem de economistas, gestores ou engenheiros, embora todos aqui estejam. Esta é uma conferência de todos onde todos podem debater e aprender com todos.

Do que foi apresentado e debatido na primeira conferência, que resultados práticos nos podem avançar?

(RV) Julgamos que o maior resultado prático foi no final termos sido interpelados por muitos para repetir a iniciativa e termos continuado a ser incentivados ao longo do ano. Há uma vontade de aprender, de partilhar experiências e, diríamos sobretudo, estarmos mais bem preparados para estes projectos.

Recursos minerais, petróleo e energia são áreas estratégicas, mas que se debatem com o “trade-off” da transição energética. Há solução para este binómio?

(RV) É uma pergunta muito pertinente e estamos convencidos que sim. Com mais critérios ESG, com mais Compliance, com melhor monitorização, há espaço para este binómio. As infra-estruturas são cruciais para a nossa economia pelo efeito multiplicador que apresentam, o que temos de fazer é trazê-las para o século XXI e ter uma partilha equitativa dos seus benefícios. (NI) É uma solução complexa porque não é apenas a questão dos recursos, também devem ser consideradas as questões económicas e estratégicas e principalmente, preocupações ambientais e sociais. Existem possíveis soluções estudadas como a de reverter e diversificar uma economia retirando a dependência dos recursos minerais e do petróleo, investindo em sectores como a agricultura, turismo, tecnologia e energia renovável. Soluções que podem reduzir bastante a vulnerabilidade às flutuações dos preços das commodities e na transição para fontes de energia mais sustentáveis, permitindo a mitigação dos impactos ambientais com a redução da dependência dos combustíveis fósseis. Outro desafio é apostar na implementação de regulamentações ambientais rigorosas para as industriais bem como incentivos à inovação (oferecer incentivos fiscais e financeiros para empresas que desenvolvam tecnologias limpas e sustentáveis).



VIGAS DA PURIFICAÇÃO | EDIÇÕES NOVEMBRO

“As Parcerias Público-Privadas são investimento e dívida privada”

As PPP, apesar de atractivas, são a melhor opção quando os governos colocam linhas de financiamento à disposição das suas empresas e dos empresários?

(RV) Estamos totalmente convencidos e, mais do que isso, achamos que será uma inevitabilidade. As linhas de crédito não deixam de ser, do ponto de vista do Estado, dívida pública, sendo que quer o orçamento quer a capacidade de endividamento do Estado têm sempre limites. As PPP, pelo contrário, são investimento e dívida privada (que se pagará pela exploração da infra-estrutura). Além do mais, essas mesmas linhas não deixam de estar disponíveis, o que sucede é que o privado aquele que é financiado, o que implica um menor risco para o Estado. (NI) As linhas de financiamento são sempre atractivas, pois poderão reduzir os custos de capital para os parceiros privados e tornar os projectos economicamente mais viáveis, reduzindo o risco financeiro associado. Por exemplo, em projectos PPP, tendo sempre atenção as condições e garantias dos financiamentos bem como as taxas aplicadas. É importante implementar medidas adequadas de governação e supervisão para garantir uma correcta, transparente e eficiente utilização. Quando bem estruturados e geridos, podem ser uma poderosa ferramenta para impulsionar o crescimento e o desenvolvimento sustentável.

Que países, além de Portugal e Angola, pensam associar-se à visão estratégica de mobilizar PPP para o nosso território?

(RV) Pensamos que há um caminho longo a percorrer dentro da Lusofonia. O Brasil, claro, tem muitas experiências de sucesso

que podem ser estudadas, mas também Cabo Verde por exemplo (desde logo na concessão dos seus aeroportos). Para além da Lusofonia há um grande interesse em Angola de grandes players internacionais, seja do Reino Unido dos Estados Unidos ou da China, mas também de França, Alemanha ou Espanha. Angola é um destino atractivo para vários players, incluindo no Médio Oriente. (NI) A visão estratégica de mobilizar parcerias público ou privadas decorre das relações internacionais existentes, numa perspectiva de troca de conhecimentos e recursos que sejam essenciais para impulsionar o desenvolvimento do país. Temos alguns exemplos de relações já existentes ou atractivas e que seriam de maior valor para a concretização dessas parcerias, nomeadamente o Brasil, país com vasta experiência em PPP em diversos sectores; China que já é um parceiro significativo; Estados Unidos que já demonstraram um interesse crescente em investir em projectos em Angola; Espanha que possui uma grande indústria de construção e infra-estruturas; França com experiência em projectos de infra-estrutura e bastante cooperação com vários países africanos.

Como o conceito de ESG pode impactar positivamente o financiamento às infra-estruturas via PPP em Angola?

(RV) Já impacta e impactará cada vez mais. Hoje, uma parte do financiamento para ser mais atractivo tem de cumprir com um conjunto de critérios ambientais ou, de forma mais ampla, de critérios ESG. De facto, as grandes instituições financeiras estão cada vez mais pressionadas para direccionar os seus investimentos apenas e só para projectos que cumpram estes critérios. Aqui, embora Angola seja também uma

grande produtora de petróleo, tem condições únicas para cumprir alguns desses critérios, desde logo com a sua aposta na transição para as energias renováveis que tem sido possível em múltiplos projectos (como, aliás, discutiremos na conferência). (NI) Pode impactar de várias maneiras, nomeadamente na atracção de investidores responsáveis - há cada vez mais investidores a procurar oportunidades que considerem os princípios ESG. Empresas e projectos que se destaquem em questões ambientais, sociais e de governança tendem a atrair mais financiamento pois valorizam a sustentabilidade e a responsabilidade corporativa; redução de risco - projectos com estes princípios mitigam os impactos ambientais, protegem os direitos humanos e são transparentes na sua gestão. Menores riscos, resultam em menores custos em financiamentos por parte dos investidores; acesso a financiamentos verde - projectos com práticas ambientais sustentáveis, como por exemplo: Energia renovável, eficiência energética, transporte público e gestão de resíduos - podem obter financiamentos verdes (projectos com benefícios ambientais tangíveis); ganho de competitividade - Empresas que aplicam a abordagem ESG podem ganhar vantagens competitivas em licitações para contratos PPP; criação de valor a longo prazo - Integração de considerações ESG pode resultar em resultados mais sustentáveis e resilientes a longo prazo. Agrega valor não só para as empresas, mas também para as comunidades locais e sociedade geral. Em resumo, o conceito ESG pode promover sustentabilidade, responsabilidade corporativa e gestão de riscos nos projectos de infra-estruturas por via das PPP.